

ANÁLISE DOS AVANÇOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA FORMAÇÃO DOCENTE DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DA UFPEL

FLÁVIA MOURA DE FREITAS¹; FÁBIO ANDRÉ SANGIOGO²

¹Universidade Federal de Pelotas, Laboratório de Ensino de Química – fmouraf@outlook.com

²Universidade Federal de Pelotas, Laboratório de Ensino de Química – fabiosangiogo@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As políticas no campo da formação de professores de Química, possui um papel fundamental ao estabelecer as orientações e diretrizes essenciais para a qualificação profissional, com base em duas diretrizes principais: as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Química (BRASIL, 2001; BRASIL, 2002a) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura e graduação plena (BRASIL, 2002b). A formação docente em Química abrange um conjunto de diferentes áreas do conhecimento que são essenciais para o exercício da docência, no intuito de proporcionar uma formação humana e interdisciplinar (BRASIL, 2001).

Para que a formação docente compreenda os aspectos humanísticos e interdisciplinares é fundamental que o contexto curricular e sua organização, através dos Projetos Políticos de Curso (PPC), estejam articuladas às orientações nacionais propostas, para que se assegure aos licenciandos as competências e habilidades necessárias para sua atuação nos processos de ensino e aprendizagem da Ciência Química. Essa preocupação com a formação, garante que os alunos tenham uma formação sólida, tanto nos conteúdos específicos da Química quanto nas práticas pedagógicas, embora muitos desafios que persistem na atuação profissional acabam por desqualificar a docência (RIGUE; FARINA GONÇALVES, 2020, SILVA; CARNEIRO, 2022).

Pode-se destacar como impacto e desafios à formação docente contemporânea, as recentes reformas educacionais, como a reforma do Ensino Médio, a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a recente Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) (BRASIL, 2020). Inclusive, este último, voltado à formação de professores, apresenta fortes críticas na literatura, visto que seu direcionamento a formação docente, sinaliza um alerta aos sérios impactos a sua atuação, indo em direção à formação de um profissional tecnicista, desqualificando a atuação profissional a, partir de um trabalho educativo, por vezes, reprodutivo (XIMENES; MELO, 2022). Fato controverso ao que os próprios documentos fomentam ao estabelecer a autonomia e o protagonismo docente como aspecto importante na prática educativa.

Na área da Química, por exemplo, existem impactos e desafios significativos. Há discordâncias entre o que se estabelece nas diretrizes nacionais de Química e o currículo mínimo, no qual o Conselho Federal de Química define o currículo mínimo com base em uma legislação desatualizada, que não atende às demandas contemporâneas (MACHADO; CORTES; ALMADA, 2023). Nesse contexto, é possível perceber que, embora tenha havido avanços consideráveis em termos de conhecimento, inovação e tecnologias no campo da Química, ainda persiste uma defasagem nos documentos e legislações que fundamentam a formação profissional. Inclusive destaca-se o estudo no qual evidenciou alguns obstáculos referente às diretrizes e o PPC do curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal de Pelotas (LQ/UFPEL), que embora apontasse propostas

inovadoras, acabavam demandando uma (re)estruturação adequada entre as próprias unidades que compunham o curso (GARCIA; KRUGER, 2009).

Ao compreender o contexto formativo da LQ/UFPEl, o presente estudo tem como objetivo analisar os avanços quanto aos aspectos de legislação, no que se refere ao primeiro e último PPC do curso. Buscou-se discutir brevemente os aspectos formativos e as mudanças na legislação que fundamentam o curso, evidenciando alterações das diretrizes educacionais e o impacto dessas transformações na formação docente da LQ/UFPEl.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa, tipo estudo de caso, o qual compreende uma estratégia de investigação detalhada de um contexto (ANDRÉ, 2013), do curso de LQ/UFPEl, com o objetivo de obter uma compreensão aprofundada do fenômeno investigado. Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa documental e bibliográfica (GIL, 2002). Isso com intuito de compreender o contexto investigado, frente a proposta de formação docente do curso LQ, analisamos e comparamos, com base na legislação que orientou o primeiro PPC do curso (2005) (após separação do Bacharelado) e o PPC em vigência (2021), a partir da leitura de vinte documentos (quadro 1), destacando as atualizações, inovações e/ou mudanças que ocorreram nos documentos que orientam a formação inicial de professores de Química da UFPEl.

Quadro 1 - Legislação e documentos considerados no PPC da LQ/UFPEl

PPC (2005) - documento impresso
Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e respectivas Leis que a atualizam. (Lei nº 9.394/1996).
Diretrizes curriculares Nacionais para o curso de Química (Parecer CNE/CES 1.303/01).
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena (Resolução CNE/CP nº 1/2002).
PPC (2021) - online
https://wp.ufpel.edu.br/licenciaturaquimica/files/2023/08/Oficial-Coord-PPC-Lic-Qui.pdf (p. 8-9).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do PPC da LQ/UFPEl revela um alinhamento significativo da formação docente com as demandas contemporâneas. Essa articulação se reflete com a inserção no atual PPC de temáticas sociais, como a questões socioambientais, de inclusão, diversidade, aspectos esses, cada vez mais cruciais em um cenário educacional que busca promover a formação do sujeito crítico e reflexivo, preocupado com as demandas emergentes. De fato, a proposta curricular em vigência está estruturada na construção dos conhecimentos científicos alinhado às problemáticas e demandas sociais, como a exemplo das discussões no que diz respeito às comunidades indígena e Quilombola, as relações Étnico-Raciais, a Educação para os Direitos Humanos, proporcionando assim, uma formação que contempla não apenas o domínio técnico, mas também uma consciência crítica sobre o papel docente, agente de transformação social.

Contudo, estudos como XIMENES E MELO (2022) apontam críticas fundamentadas na perspectiva de que a formação docente em Química retrocede com as atuais imposições nas diretrizes, que sustentam um profissional tecnicista, desconsiderando a autonomia docente. Nesse sentido, acaba impossibilitando que os professores estejam preparados ao enfrentamento de desafios da própria profissão, e promovam assim, uma Educação que respeite e valorize a diversidade. O alerta indica a importância do acompanhamento sistemático, via pesquisa, projetos de ensino e extensão.

O compromisso com a formação de professores em Química pode ser evidenciado nos documentos, principalmente devido às atualizações em relação às tendências educacionais, incorporando novas metodologias, tecnologias e abordagens pedagógicas. A literatura enfatiza desafios e dificuldades no campo da Química e da formação de professores, no intuito de mobilizar que ações sejam planejadas e desenvolvidas, ao articular diversos campos do conhecimento, que atualmente demandam diversas investigações na área da Química, como: a Química Ambiental e os estudos da Química Verde, Química Medicinal, Química Computacional, dentre diversos outros (MACHADO; CORTES; ALMADA, 2023). Por isso que compreender mudanças, atualizações, reformulações curriculares, não apenas garantem a qualificação dos processos de ensino no curso, mas também asseguram que os futuros professores estejam preparados para mobilizar conhecimentos atualizados e pertinentes à profissão.

Nesse viés, outro aspecto importante destacado na análise é a integração de tecnologias educacionais, descritos no PPC, além de ser um tema bastante enfatizado em diversos documentos que orientam a formação docente e, embora a literatura aponte poucas discussões na área (SILVA LEITE, 2019). Em um mundo cada vez mais tecnológico, a inserção dessas ferramentas na/para a formação de professores, torna-se indispensável, pois o uso dessas tecnologias auxilia no aprendizado e promove a inovação nas práticas pedagógicas. Essa temática compreende outros desafios aos profissionais, pois necessita que os professores continuem aperfeiçoando e incorporando em suas práticas ferramentas e estratégias tecnológicas que possibilitem que a aprendizagem do conhecimento químico seja qualificada.

Destaca-se também a, regulamentação da curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da UFPEl (UFPEl, 2018), orientação que já vinha sendo prevista no Plano Nacional de Educação, e apesar de não estar presente nos documentos analisados, gerou uma significativa mobilização entre docentes e discentes para integrar as atividades extensionistas na matriz curricular. Esse movimento é especialmente relevante nos cursos de formação de professores, onde é comum a realização de atividades de extensão que transcendem o ambiente acadêmico, facilitando a interação entre a universidade e a sociedade (SANGIOGO; KOHN; FREITAS, 2022). Porém a curricularização compreende desafios para a Universidade, “pois dialoga com os pressupostos teóricos: interprofissionalidade; flexibilidade curricular; a função social da universidade; impacto na formação do estudante; transformação social” (PEREIRA; VITORINI, 2019, p. 28), demandando capacitação profissional em implementar a extensão em sua prática profissional.

Diante ao exposto, ao comparar os PPC do curso, há políticas nacionais que contribuem à sintonia com desafios educacionais contemporâneos. Ademais, o PPC atual deve permanecer em constante evolução para atender às novas exigências da sociedade, em tempos que formação e a própria atuação profissional, exigem que o profissional esteja constantemente atualizando e qualificando-se (RIGUE; FARINA GONÇALVES, 2020). A formação docente que consta no PPC vigente, articulado às diretrizes e orientações, propõe uma sólida e inclusiva formação, todavia, demanda ser colocada em prática. Isso para garantir uma formação de qualidade, capaz de fomentar o desenvolvimento da Ciência, contribuindo para uma Educação que seja ao mesmo tempo Científica, Tecnológica, inovadora, crítica e socialmente relevante à sociedade.

4. CONCLUSÕES

O PPC de LQ/UFPEl reflete uma formação docente que acompanha as mudanças em termos de legislação, com a inclusão de diversos temas socialmente relevantes e buscando responder às demandas contemporâneas. Essa abordagem promove uma formação que valoriza os múltiplos temas e desafios inerentes a formação docente e discente, fundamentais para o desenvolvimento social como um todo. Inclusive, documentos que não constam no PPC, como a BNC-formação continuada e a Curricularização da Extensão, por exemplo, evidenciam que suas orientações perpetuam ações que são planejadas e incorporadas à formação profissional, devendo estar sempre atento às novas regulamentações e orientações. No entanto, apesar do PPC evidenciar um compromisso com a formação de professores de Química, é crucial que essas diretrizes sejam constantemente revisadas, para atender demandas sociais emergentes, mas também acompanhada via pesquisa, buscando assegurar uma formação que acompanhe as tendências educacionais, incorporando metodologias inovadoras, novas tecnologias e abordagens que integrem os conhecimentos mais recentes no campo da Química, promovendo uma prática profissional que une Ciência, Tecnologia e Inovação para/na/com a sociedade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em Educação? **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 22, n. 40, p. 95-103, 2013.
- BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 1.303/2001**. Brasília: Distrito Federal, 2001.
- BRASIL. **Resolução CNE/CES 8, de 11 de março de 2002**. Brasília, 2002a.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Brasília, 2002b.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Brasília, 2020.
- GARCIA, I. T. S.; KRUGER, V. Implantação das diretrizes curriculares nacionais para formação de professores de química em uma instituição federal de ensino superior: desafios e perspectivas. **Química Nova**, v. 32, n. 8, p. 2218-2224, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- MACHADO, S. P; CORTES, C. E. S; ALMADA, R. B. Currículo mínimo versus diretrizes nacionais de curso: caminhos divergentes na formação dos profissionais da Química. **Química Nova**, v. 46, n. 1, p. 126-130, 2023.
- PEREIRA, N.F.; VITORINI, R.A. Curricularização da extensão: desafio da educação superior. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 7, n. 1, 2019.
- RIGUÉ, F. M. FARINA GONÇALVES, D. A formação docente em Química e os paradoxos da atuação profissional. **Educação Química em Punto de Vista**, v. 4, n. 2, p. 100-113, 2020.
- SANGIOGO, F. A; KOHN, P. B. A; FREITAS, F. M. A inovação no contexto da extensão universitária - conceitos e possibilidades na área da química. **Expressa Extensão**, v. 27, p. 63-76, 2022.
- SILVA, LEITE, B. Tecnologias no ensino de química: passado, presente e futuro. **Scientia Naturalis**, v. 1, n. 3, p. 326-340, 2019.
- SILVA, W. D. A; CARNEIRO, C. C. B. S. Formação de professores de química no Brasil: formar para a docência ou para a indiligência pedagógica? **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 8, n. 25, 2022.
- UFPEL. **Resolução nº 42, de 18 de dezembro de 2018**. Pelotas: UFPEl, 2018.
- XIMENES, P. A. S.; MELO, G. F. BNC – Formação de Professores: da completa subordinação das políticas educacionais à BNCC ao caminho da resistência propositiva. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 103, n. 265, p. 739-763, 2022.
- Agradecimentos:** à bolsa DS CAPES (001) e ao CNPq e FAPERGS.